

## ARTIGOS

Viver em família como experiência de cuidado mútuo:  
desafios de um mundo em mudança  
*Heloisa Szymanski*

Perspectivas jurídicas da família: o Novo Código Civil e a violência familiar  
*Silvia Pimentel*

Famílias monoparentais: indagações  
*Maria Amalia Fallér Vitale*

O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida  
*Virginia Paes Coelho*

Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade –  
algumas reflexões a partir do caso Acari  
*Rita de Cássia Santos Freitas*

Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar  
*Dalva Azevedo Gueiros*

A família na Amazônia: desafios para a Assistência Social  
*Carlos Alberto Batista Maciel*

Os saberes construídos sobre a família na área da saúde mental  
*Lucia Cristina dos Santos Rosa*

Famílias: uma experiência em grupo  
*Rosamélia Ferreira Guimarães*

## COMUNICAÇÃO DE PESQUISA

Famílias de Baixa Renda na periferia do Município de São Paulo:  
Questões para os serviços de saúde  
*Regina Maria Giffoni Marsiglia*

ISSN 0101-6628



9 770101 662001



71

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA EURITA, 587 - BAIRRO SANTA TEREZA  
BELO HORIZONTE/MG - CEP 31.010-210

CORTEZ  
EDITORA

# SERVIÇO SOCIAL SOCIEDADE



ANO XXIII  
ESPECIAL  
2002



# FAMÍLIAS

# Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança

*Heloisa Szymanski\**

“Tal é o fundamento da ontologia específica dos grupos sociais (famílias, etnias, nações): inscritos, ao mesmo tempo, na objetividade das estruturas sociais e na subjetividade das estruturas mentais objetivamente orquestradas, eles se apresentam à experiência com a opacidade e resistência das coisas, ainda que sejam o produto de atos de construção que, como sugere certa crítica etnometodológica, aparentemente os remete à não existência das criaturas puras do pensamento.”

Bourdieu, 1996: 128



## Introdução

**N**este texto, compreende-se como família, uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo e, se houver, com crianças, adolescentes e adultos. Essa consideração abrange um grande número de possibilidades que, há séculos, já vêm sendo vividas pela humanidade, a despeito das definições “oficiais” de grupo familiar (Kaslow, 2001; Sama-

\* Docente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação. PUC-SP, Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Práticas Educativas e Atenção Psicoeducacional na Escola, Família e Comunidade. E-mail [hszymans@pucsp.br](mailto:hszymans@pucsp.br)

ra, 1992; Sarti, 1992; Segalen, 1981; Szymanski, 2001). Kaslow (2001) cita nove tipos de composição familiar que podem ser consideradas “família”:

- “1) família nuclear, incluindo duas gerações, com filhos biológicos;
- 2) famílias extensas, incluindo três ou quatro gerações;
- 3) famílias adotivas temporárias (Foster);
- 4) famílias adotivas, que podem ser bi-raciais ou multiculturais;
- 5) casais;
- 6) famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe;
- 7) casais homossexuais com ou sem crianças;
- 8) famílias reconstituídas depois do divórcio;
- 9) várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo” Kaslow (2001: 37).

Tal diversidade obriga a se mudar o foco da estrutura da família nuclear, como modelo de organização familiar, para a consideração das novas questões referentes à convivência entre as pessoas na família, sua relação com a comunidade mais próxima e com a sociedade mais ampla.

As mudanças na composição familiar, sua visibilidade e o aceite da sociedade (como, por exemplo, a legalização da união entre homossexuais) exigem que se leve em conta o reflexo daquelas na sociedade mais ampla, nas formas de se viver em família e nas relações interpessoais. O mesmo é válido para as famílias nucleares, que também têm de assimilar o impacto dessas transformações. Para compreendê-las e desenvolver projetos de atenção à família, o ponto de partida é o olhar para esse agrupamento humano como um núcleo em torno do qual as pessoas se unem, primordialmente, por razões afetivas, dentro de um projeto de vida em comum, em que compartilham um cotidiano, e, no decorrer das trocas intersubjetivas, transmitem tradições, planejam seu futuro, acolhem-se, atendem os idosos, formam crianças e adolescentes.

Nossa consideração da composição familiar, portanto, estará subordinada à questão do modo dos membros familiares serem uns com os outros em um mundo em transformação. Isto é, da maneira como cuidam da rela-

ção entre si. Nesse processo, cada membro da família constitui-se como pessoa, torna presente sua subjetividade nas experiências vividas no dia-a-dia. Essas são continuamente interpretadas no contexto de sentimentos e disposições afetivas em que ocorrem em leituras sucessivas da linguagem verbal e da metalinguagem contida na não-verbal.

O estado de ânimo das pessoas reflete-se na metacomunicação e vai dar o tom da relação entre os membros de uma família. Nela, adultos e crianças reagem ao sentimento que o outro está transmitindo — às vezes, mais do que às suas palavras. É bem conhecida a confusão que se estabelece quando as palavras desmentem os sentimentos (Bateson, 1973). É pelos sentimentos e estados de ânimo que nos expomos continuamente e, em conseqüência, as pessoas interpretam-se mutuamente e a si mesmas no decorrer das trocas intersubjetivas.

Os trechos de Guimarães Rosa (2001), citados adiante, expressam bem os modos de interpretar-se e ao outro, incluindo os sentimentos correspondentes:

Sentimento de alegria por ser reconhecido como alguém que podia ajudar por um pai que sempre ralhava: ...

“Pai disse: — “Miguilim carece de render exercício labutando, amanhã ele leva almoço meu na rocinha”, Miguilim gostou disso, por demais: Pai estava achando que ele tinha préstimo para ajudar, Pai tinha falado com ele sem ser ralhando. A alegria de Miguilim era sus.” (p. 79)

Sentimentos ternos em relação à mãe, associados a um modo de ser valorizado por ela:

“Miguilim gostava pudesse abraçar e beijar a Mãezinha, muito, demais muito, aquela hora mesma. ... “Agora, ele ia gostar sempre de Mãe, tenção de ser menino bem comportado, obediente, conforme o de Deus, essas orações todas”. (p. 48)

Dificuldade em adequar-se às expectativas dos outros e a sensação de não acertar:

“A coisa mais difícil que tinha era a gente poder saber tudo certo, para os outros não ralharem, não quererem castigar”. (p. 88)

Comparando-se com o irmão, Miguilim expressa sua admiração e raiva, por não ter sua segurança, ao mesmo tempo em que se avalia:

“O Dito, menor, muito mais menino, e sabia em adiantado as coisas, com uma certeza, descarecia de perguntar. Ele, Miguilim, mesmo quando sabia, espiava na dúvida, achava que podia ser errado”... “De donde o Dito tirava aquilo? Dava até raiva, aquele juízo sisudo, o poder de Dito, de saber e entender, sem as necessidades”. (p. 98)

As trocas afetivas na família imprimem marcas que as pessoas carregam a vida toda, definindo direções no modo de ser com os outros afetivamente e no modo de agir com as pessoas. Esse ser com os outros, aprendido com as pessoas significativas, prolonga-se por muitos anos e frequentemente projeta-se nas famílias que se formam posteriormente.

### A solicitude: modos de ser com o outro na família

Numa família, a linguagem, a metalinguagem, o modo de compreensão das experiências vividas e as disposições afetivas predominantes orientam um ser com o outro que irá se configurar de diferentes maneiras. Esse modo de proceder entre os membros de uma família refere-se, numa perspectiva existencial, ao cuidado ou solicitude, que pode ser vivida tanto de modo deficiente como autêntico.

Por autêntica entende-se aquela solicitude com o outro em que se

“antecipa a ele em sua existencial possibilidade de ser. Um modo em que não se protege o outro, mas que, antes disso, se faz com que ele se volte para si mesmo autenticamente, como pela primeira vez. Este modo de solicitude pertence essencialmente ao autêntico ‘cuidar’ — isto é, para com a existência do outro e não para ‘o que’ ele cuida; ele salva o outro para torná-lo transparente a si mesmo em seu cuidar e para torná-lo *livre para si*” (Heidegger, 1981: 41).

A solicitude, nessa perspectiva é orientada pela consideração, respeito, paciência, tolerância e esperança. Mas pode, também, orientar-se na forma deficiente, pela desconsideração, impaciência, intolerância ou negligência, “para as quais a indiferença abre caminho” (p. 42). Aqui o ser “com” assume as formas de ser “contra” o outro e “sem” o outro. Uma outra forma deficiente de se viver a solicitude é o que Heidegger chama de “saltar sobre o outro”, impedindo-o de cuidar de si mesmo. É quando se desenvolve a dependência e a dominação, tácitas ou não.

A esses modos de ser correspondem sentimentos, tanto em relação ao outro como a si mesmo. Novamente citando Guimarães Rosa:

Mas não era o Pai quem mais primeiro tinha ódio dele Miguilim? Era só avistar Miguilim, e ele já bramava: — “Mão te tenha, cachorrinho Enxerido...Carapuçudo...” Derradeiro, o Pai judiava mesmo com todo o mundo.”... “Miguilim mal queria pensar. Não tinha certeza se estava tendo raiva do Pai para toda vida.” (p.126)

No trecho seguinte, o menino expressa seu espanto diante de um pai que ele julgava odiá-lo, em virtude do modo como era tratado. Foi capaz de reconhecer que o pai sentia amor por ele. Talvez seus sentimentos mudassem:

“Então Miguilim viu Pai, e arregalou os olhos: não podia, jeito nenhum não podia ser. Mas era. Pai não ralhava, não estava agravado, não vinha descompor. Pai chorava, estramontado, demordia de morder os beiços.” Pai gritava uma braveza toda, mas por amor dele, Miguilim”. (p. 144)

No momento de deixar o lar paterno vieram as lembranças e o perdão,

“Um soluçozinho veio. Dito e a Cuca Pingo-de-Ouro. E o Pai”. (p. 152)

### Práticas educativas familiares como expressão do modo de ser com o outro e da solicitude

No cotidiano da vida familiar, a solicitude, tanto nas suas formas deficientes como autênticas, manifesta-se nas práticas quotidianas. Consi-

deraremos práticas, segundo Ricoeur, como ... “atividades cooperativas, cujas regras constitutivas são estabelecidas socialmente” (Ricoeur: 207) e devem seguir um padrão de excelência, que qualificam os preceitos do bem-fazer. São esses padrões que permitem qualificar como bons um médico, um arquiteto. Essa qualificação serve também para um pai e uma mãe, já que recebem uma incumbência explícita da sociedade: socializar os filhos. E são continuamente avaliados.

Dentro desse sentido mais amplo, as práticas educativas familiares são aqui definidas como

“... ações contínuas e habituais, realizadas pelos membros mais velhos da família, nas trocas intersubjetivas, com o sentido de possibilitar a construção e apropriação de saberes, práticas e hábitos sociais pelos mais jovens, trazendo, em seu interior, uma compreensão e uma proposta de ser-no-mundo com o outro” (Szymanski, 2001: 87).

Pais e mães compreendem sua tarefa socializadora das mais diferentes maneiras e assumem essa incumbência conforme os modos de ser que foram desenvolvendo ao longo de suas vidas. Aqueles não ocorrem em um vazio, mas situados social e historicamente. Uma família de uma pequena comunidade rural, com padrões de conduta moral estabelecidos a partir de uma ideologia incorporada ao longo de anos de submissão, vive as relações intrafamiliares de modo muito diferente de uma família paulista de classe média, adaptada aos padrões de individualismo, competitividade da vida social e no isolamento da família nuclear.

Se a primeira família migra para o “rico” sul, em busca de trabalho e melhores condições de vida, depara-se com um mundo hostil, que exige dela habilidades que ainda não desenvolveu, que questiona seus valores e formas de socialização e lhe reserva uma posição social subalterna e discriminada. Sarti (1996) aponta que, na família pobre, as relações entre seus membros seguem um padrão tradicional de autoridade e é uma questão de ordem moral a subordinação dos projetos individuais aos familiares e a insistência na hierarquia. É nesse contexto que seus filhos serão criados — reproduzindo-se a ideologia dominante, usando-se a força para impor obe-

diência, que é o objetivo último de sua tarefa socializadora. A crença em uma hierarquia que põe o homem no topo, seguido da mulher e, por fim, as crianças, mais a aceitação de que a vida privada da família dá o caráter de posse dos mais fortes em relação aos menos poderosos (idéia essa arraigada em todas as camadas sociais), justifica todo e qualquer procedimento dos pais em relação aos filhos. A discriminação social também tem um papel definidor das práticas familiares. Observou-se que estas, nessa camada da população, têm o sentido, antes de tudo, de formar um cidadão que não seja (nem pareça ser) um marginal. Isso significa uma constituição da identidade na negatividade (Szymanski, 2002).

Nesse quadro geral, entretanto, não há uma uniformidade, pois as famílias buscam uma adequação entre os valores herdados, os partilhados com os pares e os novos valores, que vêm de seu contato com outras informações e com outros segmentos da sociedade. Um exemplo dessa adequação foi o depoimento de uma mãe que dizia fingir bater no filho, para não ouvir as admoestações da vizinhança de que não era severa na educação de seus filhos. O cuidado com o filho era permeado pela “satisfação” que tinha que dar à vizinhança.

Quanto às famílias de outras camadas sociais, que não sofrem discriminação e estão adaptadas ao modo de vida urbano, não há também uniformidade no modo como exercem suas práticas educativas, como agem uns em relação aos outros, como seguem e interpretam as regras de “bem educar” os filhos.

Determinados modos de agir entre os membros de uma família são mais frequentes, fixam-se como modos habituais de interação, em detrimento de outros, de forma que o conhecer-se e o conhecer o outro encaminham-se para algumas direções e não outras. Imagine-se como é vivida a solicitude em uma família em que o modo de ser uns com os outros se dê segundo regras rígidas e pré-fixadas, tradições imutáveis, na dependência de opiniões alheias. Dificilmente no modo da autenticidade, isto é, vendo-se o outro como legítimo outro na sua expressão pessoal. A submissão às regras e à autoridade torna-se o modo habitual de ser e pode-se ter, como conseqüência, o afastamento mútuo. Obviamente isso não significa que não

deva haver regras e autoridade, mas que a maneira como são vividas define modos de compreensão de si mesmo e do mundo. Pode-se pensar, também, em uma família que escolhe viver a solicitude, predominantemente, no reconhecimento do outro como um legítimo outro. Suas ações, atitudes, expressões de sentimentos e suas práticas serão muito diferentes da anterior, no sentido de possibilitar maior transparência para cada membro da família.

Outra família, ainda, pode ter como constância uma forma de solicitude tão intensamente controladora, em vista de um ideal de socialização, que abafa as expressões individuais dos seus membros mais jovens. Por outro lado, a preocupação excessiva com a segurança e bem-estar dos filhos pode também criar um modo de ser na dependência e uma compreensão de mundo desvelando apenas o seu aspecto hostil e pouco da sua condição provedora. Os casos anteriormente referidos apontam para situações extremas, que se cristalizam. No cotidiano, o que se observa é a predominância de um modo de ser, mas alguma abertura para outras possibilidades.

Há modos culturais e momentos históricos que impõem determinadas práticas e as pessoas adaptam-se mais, ou menos, a elas. A solicitude, entretanto, depende da maneira como o mundo em torno e a função de cada um na família são interpretados, em especial por parte dos adultos. Essa é a base sobre a qual a criança irá constituir sua identidade e desenvolver futuros relacionamentos com objetos, idéias e pessoas, sem desconsiderar que esse processo continua pela vida toda e comporta modificações advindas das experiências nos outros "mundos" em que se vive.

Cabe aqui a consideração sobre a importância do sentido e ideologia que levaram as pessoas a escolher uma ou outra forma de constituição de família, uma ou outra forma de solicitude dentro da família. Isso não significa, necessariamente, um processo reflexivo, profundo, com muitas alternativas disponíveis, pois, na maioria vezes, no cotidiano, as pessoas são premidas pelas circunstâncias. Mas não deixam de ser escolhas, uma vez que definem um rumo e não outro. E é na suposição de que foram escolhas, mais, ou menos, conscientes é que se pode pensar em intervenções que objetivem um aprimoramento das relações interpessoais na família. Assim sendo, novas formas de ser com o outro podem ser ensaiadas e instituídas.

A estrutura familiar não é um determinante da forma como se dá a solicitude, ou do modo das pessoas cuidarem de sua relação numa família. Duas famílias com a mesma composição podem apresentar modos de relacionamento completamente diferentes. O que conta, nesse caso, são suas histórias, a classe social de pertencimento, a cultura familiar e sua organização significativa do mundo.

Há, entretanto, modos de agir e sentir que predominam nas diferentes camadas sociais. Por exemplo, as pesquisas têm indicado que punições físicas são mais intensas nas camadas empobrecidas (McLoyd, 1990, 1998; Nunes, 1994; Kaslow, 2001) e que podem ser compreendidas tanto à luz das condições estressantes de vida a que são submetidas, como na reprodução da ideologia autoritária e conseqüente subalternidade. Classe social, portanto, é um dos elementos definidores dos modos de relacionamento interpessoal, por seus membros carregarem culturas próprias, por compartilharem uma história, pelas experiências vividas, pelas oportunidades educacionais que receberam e pelas condições de vida que experimentaram.

### Ser com o outro na família em um mundo em mudança

Ao se pensar na família hoje, deve-se considerar as mudanças que ocorrem em nossa sociedade, como estão se construindo as novas relações humanas e de que forma as pessoas estão cuidando de suas vidas familiares. Como foi apontado, as trocas intersubjetivas na família não podem ser vistas isoladamente. As mudanças que ocorrem no mundo afetam a dinâmica familiar como um todo e, de forma particular, cada família conforme sua composição, história e pertencimento social.

Tomemos algumas situações macro, como, por exemplo, as conseqüências de uma política monetária ditada pelos países mais ricos, para os países do terceiro mundo, ou, mais apropriadamente, para as camadas socioeconômicas com menos poder aquisitivo nos países em desenvolvimento, como Brasil, Índia e Argentina. Como afirma Kaslow (2001),

“No nível microsistêmico (nos mundos individual e pessoal), as famílias refletem os problemas dos contextos mais amplos em que vivem. Muitos são atingidos pelo estresse causado por mudanças radicais nas esferas econômicas e sociopolíticas de sua sociedade”. (p. 37)

Essa autora cita o exemplo de países da Europa Central, em que a mudança de regime político, que antes garantira a estabilidade de emprego e um salário, agora não consegue controlar o desemprego, a recessão e a criminalidade. Este é um quadro, garantidas as particularidades, não muito diferente do nosso, nas suas conseqüências.

Numa cultura que valoriza o homem como o poderoso provedor da família, é desconcertante a situação em que a mulher, ou mesmo filhos adolescentes, consigam trabalho e remuneração mais facilmente do que o “chefe” da família. A “solução” encontrada por um desses homens, desempregado crônico, foi proibir a mulher de trabalhar, mas que fechava os olhos para sua desobediência, velada, realizando pequenos “bicos” para conseguir dinheiro para a subsistência da família (Gomes Szymanski, 1988). Mantinha-se a hierarquia via um estratagema, ao mesmo tempo em que se abria caminho para mudanças nas relações interpessoais. Esse exemplo ilustra também a dificuldade de mudança de crenças, valores, hábitos e práticas. Para Kaslow (2001), “... a mudança na hierarquia de poder dentro da família a partir deste deslocamento da pessoa que está ganhando mais pode causar problemas difíceis de serem antecipados...”. (p. 38)

Boutin e Durning (1994) também se referem a condições gerais que obrigam transformações, tanto na vida familiar como no processo de intervenção: diminuição no número de filhos, aumento no número de divórcios, nascimento de filhos fora do casamento. Os autores referem-se à classe média, já que, nas camadas empobrecidas da população, as uniões, separações e constituição de novos núcleos familiares seguem procedimentos diferentes e merecem uma consideração especial. Em nossa sociedade, nas classes médias e altas, esse quadro não difere muito do da Europa e América do Norte.

Boutin e Durning (1994) sugerem uma análise da situação atual da família a partir de uma tríplice transformação: “das formas da vida conju-

gal, dos modos da gestão da natalidade e no modo de compartilhar os papéis parentais” (p. 22). A transformação das formas da vida conjugal manifesta-se pelo aumento da monoparentalidade (predominantemente feminina) e da taxa de divórcios e re-casamentos, com a conseqüente recomposição do casal. Isso resultou numa desinstitucionalização do casamento, segundo aqueles autores. Trata-se, entretanto, de uma transformação na instituição familiar, pois o que se observa é o surgimento de novos modos de ser entre homens e mulheres e seus filhos, partilhados por muitos casais contemporâneos e que terminarão por constituir novas regras.

Tornou-se uma preocupação para os estudiosos de família a compreensão de questões como a constituição da identidade e de padrões de pertencimento, em famílias reconstituídas, para crianças que têm de viver em duas (ou mais) famílias ao mesmo tempo, como, por exemplo: a da mãe sozinha ou em um segundo, ou terceiro casamento, a do pai em um segundo (ou terceiro) casamento, a dos avós. Torna-se um grande problema aprender quem é irmão biológico, meio irmão ou filhos do atual marido ou mulher de sua mãe ou pai. O quadro se complica ainda mais quando a opção de um dos pais para uma nova união é homossexual.

Essas transformações não se constituem em rejeição à vida familiar, mas em um questionamento do casamento tal como está definido, por séculos, como instituição social (Boutin e Durning, 1994). Para Perrot (2000), nossos contemporâneos não se recusam a viver em família; em suas palavras, “... eles recusam o nó, não o ninho. O lar oferece, num mundo duro, um abrigo, uma proteção, um pouco de calor humano. O que desejam é conciliar as vantagens da solidariedade familiar e as da liberdade individual”. (p. 15)

Kaslow (2001) reporta-se às transformações nas relações homem-mulher, em curso a partir dos anos 1960 e, em especial, no ocidente. Começa a haver entre os casais uma negociação quanto ao padrão de conjugalidade que cada um se dispõe a viver, afastando-se de papéis estereotipados definidos por gênero. Tornam-se manifestos conflitos quanto

“... ao equilíbrio desejável entre cuidar de si e/ou do outro, entre direitos e responsabilidades e entre autonomia e compromisso. Tornou-se profundo o

por exemplo: "Que tipos de práticas educativas e de socialização favorecem o desenvolvimento humano, na consideração de todos os membros da família e do contexto social em que vivem?" "Como se dá o desenvolvimento tanto de adultos como de crianças em famílias diferentes da nuclear, ou famílias cujas crianças desde cedo freqüentam creches?" "Como compreender o alcoolismo e a drogadição em adultos e adolescentes, ou crianças, se for o caso, e que condições de intervenção nas famílias são mais favoráveis?" "Como afetam o desenvolvimento humano as condições de violência doméstica, física e psicológica?" "Como compreender as conseqüências de condições sociais amplas, como desemprego, violência e pobreza extrema, na vida das famílias das camadas empobrecidas da população e quais possibilidades de intervenção mais eficazes?"

Sem a pretensão de esgotar as questões relevantes a serem pesquisadas, há uma última que diz respeito a todas as anteriores: "Como disponibilizar o conhecimento já acumulado nas ciências sociais, nas áreas de saúde e de educação para que se possa efetivamente contribuir para o desenvolvimento de programas de apoio às famílias, em especial às de baixa renda e às abaixo da linha da pobreza?"

## A busca de novos caminhos

Na primeira parte deste texto focalizou-se a vida intrafamiliar que ocorre em meio a trocas interpessoais, nas quais se revela como é vivida a solicitude entre seus membros. Num segundo momento, verificou-se como a experiência da vida em família não pode ser separada do mundo. Nossa época passa por transições em inúmeras instituições, inclusive o casamento e a família e tais mudanças ocorrem em contextos político-econômicos que têm um efeito perverso nos países em desenvolvimento, em especial sobre a pobreza desses países.

Essa relação com o contexto mais amplo também se dá com a intervenção junto às mesmas, que deve ser pensada sem a pretensão fantasiosa de ser o agente de mudanças sociais amplas, mas sem cair no imobilismo decorrente do pensamento que algo só poderá ser feito pelas famílias após

a transformação da sociedade. É possível, e já se inicia em nosso meio, a elaboração de programas de atenção às famílias envolvendo várias instituições que as atendam direta ou indiretamente, aliados a programas sociais de cunho mais amplo. Em todas as camadas sociais, a família não tem mais o monopólio da socialização da criança, em especial, graças à entrada da mulher no mercado de trabalho, o que responsabiliza a sociedade a buscar novos caminhos de atenção à família.

É no mínimo hipócrita atribuir às famílias das camadas empobrecidas de nossa sociedade uma função de proteção às crianças e adolescentes sem lhes oferecer meios para isso. Em países como Canadá e França já há tentativas de se elaborar Programas para o atendimento de famílias que combinem políticas de emprego, habitação, educação e formação profissional, buscando a cooperação de diversos serviços (Boutin e Durning, 1994).

A formação de profissionais deve estar atenta à consideração de interdisciplinaridade da área de estudos da família e todas as dimensões da mesma devem ser consideradas, desde as relações interpessoais até a sua inserção na sociedade mais ampla. Tanto é importante o desenvolvimento de práticas familiares que contemplem o outro como um legítimo outro e favoreçam o desenvolvimento humano de todos os seus membros, quanto a luta por uma vida mais digna e pela obtenção de serviços sociais, de saúde e educacionais por parte do estado.

Finalmente, um aspecto fundamental a ser lembrado refere-se à forma de envolvimento das famílias nesses programas, que não deve ser passiva, no mero recebimento dos benefícios, mas na forma participante da responsabilidade partilhada. Devem ser respeitados os valores e culturas dos participantes, sem, entretanto, deixar de disponibilizar-lhes informações advindas de pesquisas nas áreas sociais, de saúde e educação que os ajudem na tarefa de socialização que lhes cabe.

## Bibliografia

- BATESON, G. *Steps to an Ecology of Mind*. London, Paladin, 1973.  
BOURDIEU, P. *Razões práticas*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas, Papirus, 1996.

- BOUTIN, G.; DURNING, P. *Les interventions auprès de parents*. Toulouse, Privat, 1994.
- DUDLEY-GRANT, R. Eastern Caribbean family psychology with conduct-disordered adolescents from the Virgin Islands. *American Psychologist*, 56, pp. 47-57, 2001.
- GUIMARÃES, I. B. Revisitando a família no cenário da pobreza. *Caderno CRH*, n. 29, pp. 89-129, 1998.
- GOMES, Szymanski, H. *Um estudo sobre significado de família*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1988. (Tese de Doutorado.)
- HEIDEGGER, M. *Todos nós... ninguém: um enfoque fenomenológico do social*. Trad. Dulce M. Critelli. São Paulo, Moraes, 1981.
- KASLOW, F. W. Families and Family Psychology at the Millenium. *American Psychologist*, v. 56, n. 1, pp. 37-46, 2001.
- NUNES, T. O ambiente da criança. *Cadernos de Pesquisa*, n. 89, pp. 5-24, 1994.
- MCCARTHY, K. *More research is needed on coping with a child's murder*. APA. Monitor, 1994, in: KASLOW, F. Families and family psychology at the millennium. *American Psychologist*, v. 56, n. 1, pp. 37-46, 2001.
- McLOYD, V. C. The Impact of Economic Hardship on Black Families and Children: psychological distress, parenting and socioemotional development. *Child Development*, n. 61, pp. 311-346, 1990.
- \_\_\_\_\_. Socioeconomic Disadvantage and Child Development. *American Psychologist*, v. 53, n. 2, pp. 185-205, 1998.
- MOTTA, A. B. Gênero, família e fases do ciclo de vida. *Caderno CRH*, n. 29, pp. 13-21, 1998.
- PERROT, M. Histoires de famille. *Mouvements*, n. 8, pp. 8-16, 2000.
- ROSA, J. G. (1964). *Manuelzão e Miguilim*. 11. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.
- SAMARA, E. M. Novas imagens da família "a brasileira". *Psicologia USP*, v. 3, n. 1/2, 1992.
- SARTI, C. A. *A família como espelho*. Campinas, Autores Associados, 1996.
- \_\_\_\_\_. Contribuições da antropologia para o estudo da família. *Psicologia USP*, v. 3, n. 1/2, 1992.
- SEGALEN, M. *Sociologie de la famille*. Paris, A. Colin, 1981.

SINGLY, F. Du couple. *Mouvements*, n. 8, pp. 28-36, 2000.

SZYMANSKI, H. *A relação família/escola: perspectivas e desafios*. Brasília, Plano, 2001.

\_\_\_\_\_. A família como locus educacional: perspectivas para um trabalho psicoeducacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, n. 197, 2002.